



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e
relatório do auditor independente**

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.
CNPJ: 20.223.016/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em Reais)

Senhores Acionistas,

A Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. – BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“BMTE” ou “Sociedade”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, 9º andar – Centro – RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase operacional.

A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) (incorporada pela Centrais Elétricas do Brasil S.A. (“AXIA Energia”) em 1º de julho de 2024), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“AXIA Energia Norte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão nº 11/2013-ANEEL (“Leilão”).

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar parte da energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adiciona uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (“Projeto”).

O Projeto previu a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kVCC, com aproximadamente 2.087 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais, atingindo 4 Estados (Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais).

O Projeto entrou em operação comercial em 12 de dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no Contrato de Concessão nº 14/2014-ANEEL, firmado em 16 de junho de 2014.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.349, estabeleceu em R\$ 865.529.988 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2025 a junho de 2026.

A Companhia apresentou um resultado societário de R\$ 459.949.744 no exercício de 2025 e uma receita operacional de R\$ 1.083.302.396 e com base nesse resultado, a



Diretoria aprovou a proposta de destinação do lucro de 2025 no montante de R\$ 109.238.064 com a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária.

1. Operação

No exercício de 2025, a BMTE apresentou disponibilidade geral de 99,41% nas Funções de Transmissão, contemplando as Conversoras, a Linha de Transmissão e o Módulo Geral. As indisponibilidades totalizaram 0,59%, sendo 0,53% decorrentes da manutenção preventiva anual programada, realizada nos meses de julho e agosto, e 0,06% associadas a outros eventos operacionais.

As manutenções preventivas anuais foram executadas em conformidade com a Resolução Normativa nº 906/2020, a qual autoriza a realização de intervenções programadas com o objetivo de assegurar maior confiabilidade dos equipamentos e melhor adequação sistêmica da instalação.

O consumo de horas do eletrodo de terra totalizou 8h55min, dentro do limite anual de 220 horas, operando em modo Monopolar com Retorno por Terra, conforme os critérios estabelecidos na Especificação Técnica do Edital nº 011/2013-ANEEL.

O ano foi encerrado com 524 minutos de franquia disponíveis nas Estações Conversoras, de um total de 1.200 minutos previstos para desligamentos intempestivos e corretivos. As manutenções corretivas consumiram 457 minutos, enquanto os desligamentos intempestivos totalizaram 670 minutos. Ressalta-se que, ao longo de 2025, houve a retorno de 87 minutos, referentes a eventos ocorridos no exercício de 2024.

Durante o período da manutenção preventiva anual, correspondente a uma franquia de 80 horas, foram executadas as atividades previstas conforme programação registrada no SAM – Sistema de Acompanhamento de Manutenção do ONS, incluindo a aplicação de RTV nos reatores de alisamento e buchas de parede CC em ambas as subestações.

A Parcela Variável (PV) apurada em 2025 foi de R\$ 318.630, correspondente a 0,04% da RAP. Este valor decorre da realização das manutenções preventivas de ciclo de seis anos nos disjuntores 9552 e 9522 da Estação Conversora de Xingu, bem como das manutenções corretivas nos reatores de alta tensão e de neutro de ambas as subestações.

2. Meio Ambiente

A conformidade legal é um tema que é levado muito a sério na BMTE. Em relação as condicionantes de licença ambiental, atualmente permanecemos com a pendência de atendimento de apenas 03 condicionantes, porém, ainda estão dentro do prazo para atendimento. A BMTE implementou sistema de gestão e monitoramento interno das demandas com a empresa 4ASSET. Os controles foram desenvolvidos de modo que sistemas de alertas e de monitoramento possibilitem robustecer relatórios com gráficos e *dashboards* de controle de todas as demandas do SMS. A implementação de Sistema de Gestão traz a segurança operacional no controle de prazos e possibilita melhor utilizar recursos e distribuir as demandas de forma mais assertiva. Permanecemos atentos na questão do planejamento e estamos atacando a meta de atender a 100% das condicionantes dentro do prazo. Sob este aspecto, por razões independentes da vontade da equipe de gestão da empresa, as condicionantes que ainda necessitam de atenção para consolidar o atendimento junto ao IBAMA carecem de ações de terceiros. As

condicionantes em aberto: Compensação Ambiental, Reposição Florestal e assinatura do TAC junto ao IPHAN.

2.1 Compensação Ambiental

A realização dos pagamentos relacionados às compensações ambientais encontra obstáculos devido à necessidade de criação de fundos bancários específicos, que precisam de adequação regulamentar estadual para estarem em conformidade com a legislação atual. A BMTE tem enfatizado essa questão tanto em seus relatórios anuais, quanto por meio de correspondências periódicas enviadas ao IBAMA. É importante salientar que a empresa já efetuou 90% do pagamento das pendências de Compensação Ambiental. No entanto, ainda existem três processos que necessitam de atenção para o fechamento da demanda.

O ano de 2025 foi um ano de intensas tentativas de atender a demanda. Retomamos os contatos com a SEMAD/GO mas o órgão ainda caracteriza a demanda como um processo factível seguindo as diretrizes do Estado que conflita com o processo federal estabelecido para a BMTE.

A empresa foi oficializada sobre a necessidade de dar continuidade por meio de pagamento direto a uma empresa que deverá administrar o fundo o que é proibido na esfera federal. Ademais, as atividades previstas pela Câmara de Compensação Ambiental Federal (CCAF) já se encontram atendidas de modo que a BMTE não pode, sem a anuência do órgão regulador federal, implementar outra atividade em substituição ao que já foi pactuado. Assim, no dia 16 de janeiro de 2026, o tema foi novamente levado ao conhecimento do IBAMA que corroborou o entendimento da BMTE e internamente esta preparando uma reunião de alinhamento para comunicar a decisão da CCAF em relação a autorização ou não de seguirmos com o a compensação como requer a SEMAD/GO.

Em relação ao Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), conforme pontuado em outros relatórios, permanece à pendência da aquisição de trator com roçadeira. Todavia, após recentes contatos, a situação continua pendente, uma vez que o órgão ambiental não permite a aquisição e entrega do trator, sinalizando que este deve ser adquirido pelo próprio IEF/MG. No entanto, o órgão ambiental continua impossibilitado de receber o recurso devido à ausência de fundo específico, conforme exigido pela legislação, problema semelhante à SEMAD/GO.

Em relação a Naturatins/TO, o órgão ambiental sinalizou a intenção de troca do item requerido por rádios transmissores para a posterior aquisição de antenas específicas que permitem fazer a triangulação de sinal de rádio, fortalecendo a integração entre as equipes de fiscalização. Diferentemente das demandas com o IEF e a SEMAD, no caso da Naturatins/TO é possível a troca do equipamento pois o texto na norma está disposto de forma genérica abrangendo o item requerido como possibilidade de aporte. No entanto, o órgão ambiental requer que a BMTE elabore o termo de referência para apresentar e aprovar antes da realização do processo de compra. A BMTE considera a possibilidade de realizar a aquisição de sistema de rádio transmissor em veículos pois não haveria a necessidade de entraves de licenciamento com estudos de EIV conforme seria nos casos de antenas de triangulação. A demanda está em estudo e acredita-se que seja possível resolver agora em 2026.

2.2 Reposição Florestal

PARACATU/MG

Em novembro de 2022, foi finalizado o projeto de reposição florestal de Paracatu/MG. No entanto, apesar da BMTE ter solicitado o Termo de Quitação do Projeto dentro do prazo, ainda em 2022, o relatório de validação do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG) só foi apreciado em março de 2023, após o período de chuvas. Tal relatório destaca a necessidade de medidas complementares devido à presença de numerosas plantas invasoras da espécie *Braquiária sp.*, que dificultaram a contagem das mudas nativas. Como consequência, a aprovação desse projeto foi postergada.

As negociações ambientais continuaram, porém, devido a um considerável lapso temporal, mesmo sem a concretização do contrato com a empresa executora, a cobrança de atividades suplementares além do acordado levanta questionamentos, especialmente em face da lentidão do IEF/MG na avaliação. O crescimento do capim na região é uma condição regional, ou seja, aborda uma área muito maior do que a do projeto e a erradicação deste tipo de vegetação requer o uso de produtos químicos proibidos pelo IBAMA.

Em decorrência do atraso na aprovação do Projeto de Reposição Floresta pelo IEF/MG a área abordada pelo projeto, que já estava limpa, está sofrendo com novo crescimento de Capim nativo da espécie (*Andropogon sp.*) na área de todo o parque. Isso impacta o orçamento do projeto dada a necessidade de contratação de novos serviços de limpeza não previstos.

Após estas tratativas, e com o objetivo de proteger o projeto contra incêndios, a limpeza da área foi novamente realizada e finalizada pela empresa EMBAUBA. A BMTE reiterou a solicitação para a finalização do projeto, mas identificou-se que o abafamento causado pela espécie invasora gerou mortalidade de mudas acima do desejado ocasionando a negativa na aprovação do projeto. O projeto foi novamente submetido à aprovação do IEF e negado pela gestão do Parque. Em 2025, realizamos novo processo de contratação considerando o aporte de mais 10.000 mudas, tratos currais, roço, limpeza, coveamento e adubação. No início do plantio, a gestora do Parque fez novas exigências, condicionando o atendimento a aprovação do projeto.

PARQUE JOÃO LEITE

A SEMAD/GO solicitou complementações para a finalização do projeto Parque João Leite (PJOL). Foi então programada uma visita técnica com biólogos da BMTE e as equipes corroboraram o entendimento dos gestores do Parque. Em 2025, tivemos um incêndio na região impactando 80% do projeto e realizamos a contratação de ações complementares que estão em andamento.

PROJETO ELETRODO DE ESTREITO, SÃO PAULO:

Em setembro de 2024, o projeto foi impactado, pela 3ª vez, por incêndios florestais. Estima-se que a mortalidade das mudas tenha chegado a 95%. Atualmente a área de plantio foi novamente recuperada e estamos buscando mecanismos de aumentar a

proteção do projeto até que as mudas atinjam um tamanho que possibilite a resistência a estas ocorrências. A taxa de crescimento em 2025 se encontra abaixo do esperado.

O tema REPOSIÇÃO foi incluído em pauta de reunião com o IBAMA e caso não se tenha a solução deste processo, estuda-se a possibilidade de três soluções para as pendências nos projetos citados:

- a) Adquirir uma área por RPPN e legalizar a responsabilidade de proteção e guarda e/ou inserir uma área extra de reserva legal de alguma fazenda em um processo conhecido como servidão ambiental escriturada.
- b) Realizar o aporte do investimento necessário nestes projetos em outra(s) área(s) a ser determinada pelo IBAMA dada relevância ambiental e/ou interesse do órgão e,
- c) Realizar novo projeto em outro local considerando as determinações do IBAMA.

2.3 Assinatura TAC com IPHAN

A equipe de gestão da BMTE discorda dos impactos levantados pelo IPHAN uma vez que a avaliação do órgão encontra amparo na IN 01/2015 enquanto o projeto da BMTE, sendo de 2014, precede de avaliação com base na portaria 230/2002. Este detalhe remete a alguns pontos de divergência que fundamentam a revisão da análise por parte da instituição. Atualmente, as equipes estão trabalhando para a viabilizar a celebração do Termo de Ajuste de Conduta considerando tanto o aspecto legal, detalhamento real dos impactos minimizando os pontos de divergência. Em contato com o IPHAN, tivemos a informação de que a MINUTA do TAC está sendo elaborada e será submetida a aprovação da BMTE.

3. Incentivo Fiscal

De forma a ampliar as ações sociais da Sociedade, foi criado internamente um Comitê de Incentivo Fiscal envolvendo os setores de meio ambiente, contábil e administrativo. Por meio de avaliações criteriosas de uma significativa quantidade de projetos aptos a receberem os recursos, o grupo de trabalho avalia conflitos de uso, de imagem, de escopo e ações desenvolvidas pelos projetos a serem contemplados garantindo assim a correta aplicação do recurso em projetos com viés social relevante e sempre que possível um bom retorno de imagem para a BMTE.

Foram aprovados os seguintes projetos listados abaixo:

Fund	Limit	Status	Date	Valor	Project	Project Full Name
Lei Rouanet	4%	Approved	19/12/2025	R\$ 200.000	Casa Pacheco Leão (RJ)	Exposição Casa Pacheco Leão
Culture		Approved	23/09/2025	R\$ 100.000	Chiquinha Gonzaga Orchestra (RJ)	Orquestra Sinfônica Juvenil Chiquinha Gonzaga
		Approved	03/01/2025	R\$ 100.000	Maré do Amanhã Orchestra (RJ)	Orquestra Maré do Amanhã - Temporada 2025
Lei de Incentivo ao Esporte	2%	Approved	28/08/2024	R\$ 70.000	Craque do Amanhã (RJ)	Craque do Amanha
Sports		Approved	05/11/2025	R\$ 100.000	Eco Run/Night Run (TO)	Corrida do Bem 14
		Approved	31/04/2024	R\$ 30.000	Braços Abertos (RJ)	DE BRAÇOS ABERTOS 4
FIA Childhood	1%	Approved	10/10/2025	R\$ 100.000	Hospital Pequeno Príncipe (PR)	Projeto do Hospital Pequeno Príncipe
Fundo do Idoso Elderly	1%	Approved	16/07/2025	R\$ 100.000	Hospital de Amor (SP)	FMI - Fundação Pio XII (Hospital de Amor)

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Investimento

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
BTG Pactual	101,5% CDI	17/04/2025	R\$ -	R\$ 7.466.973
BTG Pactual	101,5% CDI	22/04/2025	R\$ -	R\$ 10.466.965
Banco do Paraná	105,5% CDI	24/12/2026	R\$ 9.634.394	R\$ -
Banco do Paraná	105,5% CDI	21/01/2027	R\$ 1.138.596	R\$ -
Banco do Paraná	105,5% CDI	10/02/2027	R\$ 16.976.940	R\$ -
Banco do Paraná	107% CDI	07/05/2026	R\$ 9.888.363	
Banco do Paraná	107,5% CDI	18/03/2026	R\$ 7.723.445	
Banco do Paraná	107,5% CDI	18/09/2025	R\$ -	R\$ 6.912.390
Banco do Paraná	108% CDI	16/05/2025	R\$ -	R\$ 9.061.125
Banco do Paraná	105,5% CDI	14/01/2026	R\$ 4.159.917	R\$ 8.720.460
Banco do Paraná	106% CDI	02/01/2025	R\$ -	R\$ 8.458.696
Banco BMG	105% CDI	16/09/2026	R\$ 11.623.704	R\$ -
Banco BMG	104% CDI	27/02/2026	R\$ 10.243.665	
Banco BMG	107% CDI	17/01/2025	R\$ -	R\$ 12.650.966
Banco BMG	107% CDI	27/01/2025	R\$ -	R\$ 13.225.905
Banco BMG	105% CDI	23/06/2025	R\$ -	R\$ 5.293.312
Banco BMG	106% CDI	31/07/2025	R\$ -	R\$ 10.469.657
Banco BMG	106% CDI	20/09/2025	R\$ -	R\$ 10.309.577
Banco Haitong	103% CDI	30/03/2026	R\$ 7.615.729	R\$ -
Banco Haitong	102% CDI	14/10/2026	R\$ 10.308.231	R\$ -
Banco Haitong	106% CDI	04/07/2025	R\$ -	R\$ 8.445.732
Banco Haitong	106 % CDI	30/07/2025	R\$ -	R\$ 13.118.926
Banco Haitong	104% CDI	19/03/2025	R\$ -	R\$ 14.691.974
Banco Haitong	105% CDI	30/09/2025	R\$ -	R\$ 6.768.727
Banco Daycoval	102% CDI	20/01/2025	R\$ -	R\$ 10.485.082
Banco Daycoval	102% CDI	23/04/2025	R\$ -	R\$ 5.100.580
XP	104,5 CDI%	22/01/2025	R\$ -	R\$ 15.732.974
XP	103% CDI	23/01/2025	R\$ -	R\$ 3.768.754
XP	103% CDI	24/02/2025	R\$ -	R\$ 5.188.018
C6	104,6% CDI	16/03/2026	R\$ 6.259.962	
C6	104,6% CDI	16/03/2026	R\$ 6.259.962	
C6	104,5% CDI	30/03/2026	R\$ 7.950.621	
C6	104,5% CDI	23/03/2026	R\$ 5.719.916	
C6	108,8% CDI	27/06/2025	R\$ -	R\$ 10.290.867
C6	104 % CDI	24/03/2025	R\$ -	R\$ 5.102.572
C6	105,6 CDI%	28/04/2025	R\$ -	R\$ 10.191.030
C6	105,2% CDI	29/11/2025	R\$ -	R\$ 7.068.342
C6	105,2,% CDI	29/04/2025	R\$ -	R\$ 10.004.788
Banco da Amazônia	100% Selic		R\$ 8.910.691	R\$ 6.923.277
CEF 93	99,8% CDI	Fundo	R\$ 33.946.670	R\$ 33.141.907
CEF 94	99,8% CDI	Fundo	R\$ 60.934.407	R\$ 59.489.804
CEF 96	99,8% CDI	Fundo	R\$ 1.812.078	R\$ 1.615.437
CEF 114	99,8% CDI	Fundo	R\$ 10.929.628	R\$ 10.924.774
CEF 115	99,8% CDI	Fundo	R\$ 65.697.058	R\$ 65.649.139
Itaú	20% CDI	Vinculada	R\$ 96.015	R\$ 6.850.699
			R\$ 297.829.990,09	R\$ 413.589.429,62

4.2 Endividamento

O quadro abaixo demonstra a posição de empréstimos bancários contratados pela sociedade:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2025
BNDES (a)	1.328.410.496	-	(128.939.797)	(110.245.664)	141.843.594	-	1.231.068.629
CEF (b)	714.539.784	-	(66.635.509)	(66.614.587)	83.612.765	-	664.902.453
(-) custos a amortizar	(27.496.018)	-	-	-	-	3.604.902	(23.891.117)
	2.015.454.262	-	(195.575.306)	(176.860.251)	225.456.359	3.604.902	1.872.079.965
						31/12/2024	31/12/2025
				Circulante		369.735.804	383.912.231
				Não circulante		1.645.718.457	1.488.167.734
				Total		2.015.454.262	1.872.079.965

4.3 Debêntures

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 2ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,1335% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Operação	Valor Inicial	Saldo Devedor 31/12/2025
Debentures	R\$ 580.000.000,00	R\$ 626.173.099

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e CEF, o instrumento da 2ª emissão de debênture também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF.

Os acionistas são fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51,0%
AXIA Energia	24,5%
AXIA Energia Norte	24,5%

5. Composição Acionária e Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
State Grid Brazil Holding S.A. (51%)	1.535.610.000	1.535.610.000
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA Energia (24,5%)	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil – AXIA Energia Norte (24,5%)	737.695.000	737.695.000
Total	<u>3.011.000.000</u>	<u>3.011.000.000</u>

Gestão: Define as práticas e as regras de gestão relevantes para a Belo Monte Transmissora de Energia, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade dos seus colaboradores. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e acompanhamento constantes quanto ao bom funcionamento do empreendimento e a qualidade de seus equipamentos.

6. Equidade

Em atendimento às disposições legais vigentes e às práticas de governança corporativa, a Companhia divulga neste relatório os dados quantitativos atualmente disponíveis relacionados à equidade, com caráter informativo, assegurando transparência e suporte à avaliação pela administração e demais partes interessadas.

Headcount	2025				2024			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Assistente/Auxiliar	5	36%	9	64%	6	40%	9	60%
Analista	4	36%	7	64%	4	36%	7	64%
Operacional	99	98%	2	2%	101	98%	2	2%
Engenheiro	10	91%	1	9%	12	92%	1	8%
Gestão	18	86%	3	14%	15	83%	3	17%
Diretoria	2	100%	0	0%	3	100%	0	0%
Conselheiro	9	100%	0	0%	9	100%	0	0%
TOTAL	147	87%	22	13%	150	87%	22	13%

Demonstrativo proporcional da remuneração fixa e variável, do sexo feminino, relativo a cargos ou funções similares da companhia <small>*Índice Comparativo (Base Masculina = 100%)</small>	2025		2024	
	Remuneração Fixa*	Remuneração Variável*	Remuneração Fixa*	Remuneração Variável*
Assistente/Auxiliar	94%	91%	97%	71%
Analista	136%	189%	140%	121%
Operacional	102%	74%	102%	97%
Engenheiro	90%	98%	95%	105%
Gestão	105%	126%	99%	103%
Diretoria	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselheiro	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração Fixa = Salário Base

Remuneração Variável = Bônus

7. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Sociedade. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Sociedade.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

**YUSHENG
WANG:
06561028708**

Assinado digitalmente por YUSHENG
WANG:06561028708
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=AC SERASA RFB,
OU=10871091000194, OU=PRESENCIAL,
CN=YUSHENG WANG.06561028708
Razão: Eu sou o autor desse documento
Localização: sua localização de assinatura
e3uj
Data: 2026.02.11 14:49:54-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.4

Yusheng Wang
Diretor Presidente / Financeiro

**ANTONIO FERREIRA
MARQUES
JUNIOR:1567214584**

Assinado de forma digital por
ANTONIO FERREIRA MARQUES
JUNIOR:1567214584
Dados: 2026.02.11 15:49:20
-03'00'

1

Antônio Ferreira Marques Júnior
Diretor Técnico / Meio Ambiente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

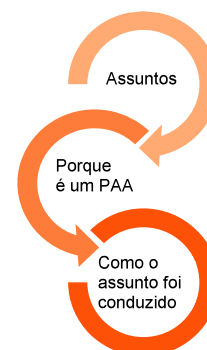
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do ativo contratual da linha de transmissão (Notas 11 e 19)</p> <p>O ativo contratual da linha de transmissão refere-se ao direito da Sociedade à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro.</p> <p>Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Sociedade.</p>	<p>Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessão da linha de transmissão de energia elétrica.</p> <p>Efetuamos a leitura do contrato de concessão e seus aditivos. Testamos a consistência entre os dados de Receita Anual Permitida (RAP) contidos nos controles auxiliares e respectiva resolução regulatória.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro do respectivo contrato, tais como: (i) definição da taxa de desconto utilizada; e (ii) componente de indenização previsto no contrato.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Assinado por Bruno Guedes Monteiro: 10055990733
CPF: 10055990733
Data/hora da Assinatura: 11 de fevereiro de 2026 | 17:26 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC SyngmaID Múltipla
10028795AD37247C...

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balanço patrimonial

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	186.361.748	280.560.230	Fornecedores		7.558.566	5.975.095
Concessionárias e permissonárias	10	88.507.283	87.528.577	Salários e encargos sociais		10.070.950	8.857.970
Impostos a recuperar	9	8.484.711	5.564.640	Impostos a recolher	12	9.326.697	7.817.259
Ativo contratual	11	954.375.877	887.704.492	Empréstimos e financiamentos	13	383.912.231	369.735.804
Adiantamento		12.170.926	2.600.525	Encargos setoriais		24.199.457	20.150.367
Despesas antecipadas		2.610.462	208.304	Debêntures	14	180.465.602	129.324.212
Outras		8.686.286	6.258.136	Dividendos a pagar		109.238.064	118.822.170
Total do ativo circulante		1.261.197.293	1.270.424.904	Total do passivo circulante		724.771.567	660.682.877
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	1.488.167.734	1.645.718.457
Ativo contratual	11	8.296.894.058	8.096.826.200	Debêntures	14	431.099.067	535.547.191
Depósitos vinculados	8	180.418.454	176.128.901	Provisão para contingências	15	17.822.405	15.694.033
Depósitos judiciais		2.595.869	2.682.331	Impostos diferidos	17	2.223.813.824	2.027.657.084
Imposto diferido	2/17	75.006.235	86.766.526	Total do passivo não circulante		4.160.903.030	4.224.616.765
Almoxarifado		8.988.249	8.515.580	Total do passivo		4.885.674.597	4.885.299.642
Imobilizado		9.921.590	10.217.034	Patrimônio líquido			
Intangível		3.392.683	1.518.911	Capital social	18	3.011.000.000	3.011.000.000
Total do ativo não circulante		8.577.217.137	8.382.655.483	Reserva legal		144.013.387	121.015.900
				Reserva de retenção de lucros		1.797.726.446	1.635.764.846
Total do ativo		9.838.414.430	9.653.080.387	Total do patrimônio líquido		4.952.739.833	4.767.780.746
				Total do passivo e patrimônio líquido		9.838.414.430	9.653.080.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	<u>1.083.302.396</u>	<u>1.159.426.812</u>
Custo de operação	20	(113.976.991)	(107.609.875)
Lucro bruto		<u>969.325.405</u>	<u>1.051.816.937</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(23.819.858)	(47.246.536)
Resultado operacional		<u>945.505.547</u>	<u>1.004.570.401</u>
Receitas financeiras		54.141.782	46.014.992
Despesas financeiras		(308.943.851)	(298.583.519)
Resultado financeiro	22	<u>(254.802.070)</u>	<u>(252.568.528)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>690.703.477</u>	<u>752.001.873</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(48.518.304)	(38.060.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>(182.235.429)</u>	<u>(213.637.746)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>459.949.744</u>	<u>500.303.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	459.949.744	500.303.872
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>459.949.744</u>	<u>500.303.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.011.000,000	96.000,706	1.370.673,348	-	4.477.674,054
Reserva Sudam		-	-	8.624.989	-	8.624.989
Reserva Legal		-	25.015.194	-	(25.015.194)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(118.822.170)	(118.822.170)
Dividendos adicionais pagos		-	-	(100.000.000)	-	(100.000.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	500.303.872	500.303.872
Dividendos adicionais propostos		-	-	356.466.509	(356.466.509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.011.000,000	121.015,900	1.635.764,846	-	4.767.780,745
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Reserva Sudam		-	-	14.247.407	459.949.744	459.949.744
Reserva Legal		-	22.997.488	-	(22.997.488)	14.247.407
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(109.238.064)	-
Dividendos adicionais pagos		-	-	(180.000.000)	-	(109.238.064)
Dividendos adicionais propostos		-	-	327.714.192	(327.714.192)	(180.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.011.000,000	144.013,388	1.797.726,445	-	4.952.739,833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	<u>690.703.477</u>	<u>752.001.873</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.553.901	1.173.846
Remuneração sobre o ativo contratual	(1.119.628.153)	(1.210.334.354)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.640.762	27.356.526
Juros de empréstimos e debêntures e amortização dos custos	308.282.367	297.507.505
Provisão para contingências	2.128.393	4.101.705
Impostos diferidos	24.826.182	40.024.562
Outros	(4.297.576)	1.232.842
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(2.920.071)	(1.148.222)
Adiantamentos	(9.570.401)	1.376.088
Outros ativos	(2.428.150)	(1.099.048)
Despesas antecipadas	(2.402.158)	1.658.203
Concessionárias e permissionárias	(978.707)	(21.352.749)
Ativo contratual	852.888.911	813.783.835
Almoxarifado	(472.668)	(311.553)
Depósitos judiciais	86.462	7.109.383
Fornecedores	1.583.472	(1.535.830)
Salários e encargos	1.212.980	(980.796)
Obrigações fiscais	1.509.438	41.873
Encargos setoriais	4.049.090	2.985.196
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>751.767.550</u>	<u>713.590.885</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.758.683)	(30.150.162)
Pagamento juros debêntures	(47.691.697)	(50.295.187)
Pagamento juros empréstimos	(176.860.251)	(190.350.083)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>492.456.918</u>	<u>442.795.453</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(3.132.229)	(3.270.070)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(3.132.229)</u>	<u>(3.270.070)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	2.066.701
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(195.575.306)	(175.801.304)
Pagamento de principal de debêntures	(84.836.143)	(60.963.280)
Pagamento de dividendos	(298.822.170)	(198.748.211)
Depósitos vinculados	(4.289.553)	(14.589.331)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(583.523.172)</u>	<u>(448.035.426)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.198.482)</u>	<u>(8.510.043)</u>
No início do exercício	280.560.230	289.070.273
No fim do exercício	186.361.748	280.560.230
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.198.482)</u>	<u>(8.510.043)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade” ou “BMTE”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) (incorporada pela Centrais Elétricas do Brasil S.A. (“AXIA Energia”) em 1º de julho de 2024), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“AXIA Energia Norte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 011/2013 (“Leilão”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2026.

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) (“Projeto”).

O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (“UAT”) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação (“SE”) de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018.

O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 15 de julho de 2025, a ANEEL de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481, estabeleceu em R\$ 865.529.988 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2025 a junho de 2026.

1.2 Sudam

O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018.

1.3 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA,”), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento.

1.4 Riscos climáticos

Em se tratando riscos climáticos, podemos citar eventos naturais extremos, como ventos muito intensos, tempestades, descargas atmosféricas, fortes ondas de calor e queimadas são fatores que aumentam o risco da interrupção da transmissão de eletricidade. Perturbações causadas por esses eventos em linhas de transmissão podem resultar em desligamentos não programados e interromper o fornecimento de energia, causando prejuízos ao agente transmissor (Parcela Variável – PV), ao operador nacional do sistema elétrico (ONS) e a toda a cadeia de geradores e consumidores de energia elétrica, com impactos negativos na economia.

Desligamentos por descargas elétricas: São comuns, normais e esperados, não gerando em sua grande maioria prejuízos financeiros à BMTE. Desligamentos por queda de Torres em decorrência desses eventos extremos: Embora sejam mais complexos a sociedade possui planos de recomposição, assim como treinamento das equipes para o reestabelecimento rápido da linha, inclusive foram adquiridas torres de emergência para o mais rápido reestabelecimento da linha mitigando os riscos de PV ocasionada por este tipo de evento. Queimadas: O projeto da linha de transmissão já contemplou este tipo de

risco pelo “alteamento das torres” dado que a nossa Licença de Operação não permite o corte raso da vegetação sob a linha.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.2 Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Sociedade para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Sociedade tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Provisão para contingências

As contingências e provisões de natureza judiciais são constantemente avaliadas e revistas de forma a analisar eventos, parâmetros, mensurar riscos e quantificar adequadamente seus valores. A complexidade da legislação Brasileira, além da volumosa judicialização processual, com consequentes decisões judiciais, enunciados, súmulas, obriga a um permanente acompanhamento de riscos e processos. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda

funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

5 Políticas contábeis materiais

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento entre três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo monetário, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3 Almojarifado

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessários pela Administração.

5.4 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada

dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimam dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídas na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial.

5.6 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Não há indicativos de impairment e desta forma, não houve registro de impairment.

5.7 Provisão para contingências

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições

adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.8 Ativo contratual

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Sociedade utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à

remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade Transmissora de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 continuaram sendo elaboradas considerando os conceitos trazidos pelo referido Ofício-Circular.

5.9 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Não há indicativo de impairment.

5.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

5.10.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.10.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

5.10.3 Benefício fiscal SUDAM

A Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade”) usufrui de incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, consistente na redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ incidente sobre o lucro da exploração, nos termos da legislação aplicável.

O incentivo fiscal tem como objetivo fomentar o desenvolvimento regional e é aplicável aos empreendimentos localizados na área de atuação da SUDAM, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares estabelecidos nos atos concessivos e na legislação pertinente.

Para fins contábeis, o benefício é reconhecido como redução da despesa de imposto de renda corrente, no resultado do exercício, na medida em que o lucro da exploração é apurado e o incentivo efetivamente usufruído. A Sociedade não reconhece o referido incentivo como subvenção governamental.

A apuração do lucro da exploração observa os critérios definidos na legislação fiscal aplicável, sendo segregada das demais atividades não incentivadas. O benefício fiscal é reconhecido somente quando atendidas as condições legais para sua fruição e não há incerteza relevante quanto à sua realização.

A Administração avalia periodicamente a continuidade do atendimento às condições exigidas para manutenção do incentivo fiscal, bem como os impactos decorrentes de

eventuais alterações na legislação tributária aplicável.

5.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante.

5.12 Receita operacional

As receitas da Sociedade são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção – Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

5.13 Encargos setoriais

Os encargos setoriais correspondem àqueles instituídos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela legislação vigente, destinados ao custeio e ao incentivo de programas e fundos do setor elétrico, tais como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

Esses encargos são reconhecidos pela Sociedade como obrigações a recolher, apuradas conforme os critérios estabelecidos nas normas legais aplicáveis, sendo registrados na demonstração do resultado como deduções da receita operacional, compondo a receita operacional líquida.

6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

6.1 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- (i) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- (ii) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;
- (iii) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- (iv) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;
- (iv) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações;

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Sociedade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	68.950.212	43.099.701
Fundos de investimentos*	117.411.536	237.460.529
Total	186.361.748	280.560.230

* Os fundos de investimento são aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate imediato e sem alteração significativa de valor.

8 Depósitos vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos (a)	171.507.763	169.205.624
Fundo de investimentos	8.910.691	6.923.277
Total	180.418.454	176.128.901

(a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente às condicionantes de contrato do BNDES de longo prazo.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

9 Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo IRPJ	7.865.900	5.248.943
CSLL a recuperar	305.286	1.790
PIS e COFINS retidos de clientes	34.834	35.216
Outros	278.690	278.690
Total	8.484.711	5.564.640

10 Concessionárias e permissionárias

Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	82.401.881	80.929.291
Até 4 meses	6.105.402	6.599.286
Acima de 4 meses	42.550.290	36.909.528
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (a)	(42.550.290)	(36.909.528)
Total	88.507.283	87.528.577

- (a) Aumento devido à ausência de pagamento de algumas distribuidoras, ocasionando a necessidade de uma provisão de perda esperada para refletir a expectativa de recebimento destes Avisos de Crédito (AVCs).

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(36.909.528)	(9.553.003)
Adições	(5.640.762)	(27.356.525)
Saldo final	(42.550.290)	(36.909.528)

11 Ativo contratual

Linhas de Transmissão	BMTE
Margem de construção	28,22%
Margem de operação e manutenção	28,22%
Taxa de remuneração	12,01%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual – Ciclo 2025/2026	R\$ 865.529.988

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2024	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos	31/12/2025
Ativo de contrato	<u>8.984.530.692</u>	<u>87.566.396</u>	<u>1.119.628.153</u>	-	<u>(940.455.306)</u>	<u>9.251.269.935</u>
					31/12/2024	31/12/2025
Circulante					887.704.492	954.375.877
Não circulante					<u>8.096.826.200</u>	<u>8.296.894.058</u>
					<u>8.984.530.692</u>	<u>9.251.269.935</u>
	31/12/2023	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos	31/12/2024
Ativo de contrato	<u>8.587.980.173</u>	<u>83.135.285</u>	<u>1.210.277.008</u>	<u>57.346</u>	<u>(896.919.120)</u>	<u>8.984.530.692</u>
					31/12/2023	31/12/2024
Circulante					824.864.565	887.704.492
Não Circulante					<u>7.763.115.608</u>	<u>8.096.826.200</u>
					<u>8.587.980.173</u>	<u>8.984.530.692</u>

- Para o ciclo 2024/2025 ocorreu a 2ª revisão tarifária que leva em consideração os índices macro-econômico dos últimos 5 anos, refletindo na receita de remuneração do ativo de contrato.

12 Impostos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição social	675.902	98.654
PIS	1.421.417	1.281.905
COFINS	6.596.110	5.946.731
INSS retido a recolher	239.034	129.442
ISS	256.260	242.717
Outros	<u>137.973</u>	<u>117.809</u>
Total	<u>9.326.697</u>	<u>7.817.259</u>

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2025
BNDES (a)	1.328.410.496	-	(128.939.797)	(110.245.664)	141.843.594	-	1.231.068.629
CEF (b)	714.539.784	-	(66.635.509)	(66.614.587)	83.612.765	-	664.902.453
(-) custos a amortizar	(27.496.018)	-	-	-	-	3.604.902	(23.891.117)
	2.015.454.262	-	(195.575.306)	(176.860.251)	225.456.359	3.604.902	1.872.079.965
						31/12/2024	31/12/2025
				Circulante		369.735.804	383.912.231
				Não circulante		1.645.718.457	1.488.167.734
				Total		2.015.454.262	1.872.079.965

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2024
BNDES (a)	1.431.482.869	2.066.701	(116.281.868)	(118.809.998)	129.952.792	-	1.328.410.496
CEF (b)	768.091.680	-	(59.519.436)	(71.540.085)	77.507.626	-	714.539.784
(-) custos a amortizar	(31.110.796)	-	-	-	-	3.614.778	(27.496.018)
	2.168.463.753	2.066.701	(175.801.304)	(190.350.083)	207.460.418	3.614.778	2.015.454.262
						31/12/2023	31/12/2024
				Circulante		364.387.435	369.735.804
				Não circulante		1.804.076.316	1.645.718.457
				Total		2.168.463.753	2.015.454.262

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização		Saldo em aberto
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	
BNDES - Sub "A" (a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	1.061.491.247
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	10.625.067
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	149.896.728
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	12.591.582	15/08/2032	TJLP	0,00%	Mensal	Mensal	9.055.584
BNDES/Repasse - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	577.610.801
BNDES/Repasse - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	6.098.997
BNDES/Repasse - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	81.192.654

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas).

(b) O contrato de empréstimo com a CAIXA exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas)

Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se:

- Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

O empréstimo, classificado no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

	Saldo a pagar	Custo a amortizar	Total
2027	247.839.071	(3.604.901)	244.234.170
2028	279.313.200	(3.614.778)	275.698.423
2029	314.775.285	(3.604.901)	311.170.384
2030 a 2042	669.278.921	(12.214.163)	657.064.758
Total	1.511.206.477	(23.038.743)	1.488.167.734

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

14 Debêntures

Debêntures	31/12/2024	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2025
2ª Emissão	681.931.363	(84.836.143)	(47.691.697)	76.769.576	-	626.173.099
(-) custos a amortizar	(17.059.961)	-	-	-	2.451.530	(14.608.431)
	664.871.403	(84.836.143)	(47.691.697)	76.769.576	2.451.530	611.564.669
					31/12/2024	31/12/2025
				Circulante	129.324.212	180.465.602
				Não circulante	535.547.191	431.099.067
				Total	664.871.403	611.564.668
Debêntures	31/12/2023	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2024
2ª Emissão	709.215.768	(60.963.280)	(50.295.187)	83.974.063	-	681.931.363
(-) custos a amortizar	(19.518.207)	-	-	-	2.458.246	(17.059.961)
	689.697.560	(60.963.280)	(50.295.187)	83.974.063	2.458.246	664.871.403
					31/12/2023	31/12/2024
				Circulante	107.903.749	129.324.212
				Não circulante	581.793.812	535.547.191
				Total	689.697.560	664.871.403

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
AXIA Energia Norte	24,5%
AXIA Energia	24,5%

As debêntures, classificado no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

	Saldo a pagar	Custo a amortizar	Total
2027	132.888.823	(2.451.530)	130.437.294
2028	131.160.243	(2.458.246)	128.701.997
2029	95.341.256	(2.451.530)	92.889.726
2030 a 2042	86.171.491	(7.101.440)	79.070.051
Total	445.561.813	(14.462.746)	431.099.067

15 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 17.091.030 (R\$ 14.676.604 em 31 de dezembro de 2024) referente a servidões administrativas e de R\$ 731.395 (R\$ 1.017.428 em 31 de dezembro de 2024) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Saldos prováveis	Cível	Trabalhista	31/12/2025
Saldo inicial	14.676.604	1.017.428	15.694.032
Provisões	3.673.606	-	3.673.606
Reversões	(160.359)	(101.200)	(261.559)
Pagamentos	(2.932.585)	(70.583)	(3.0003.168)
Atualização monetária	1.833.792	(114.250)	1.719.542
Saldo final	17.091.058	731.395	17.822.453

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental	8.917.601	6.505.082
Minerária	-	13.692
Cível (a)	12.138.674	7.900.959
Trabalhista	896.375	-
Regulatório	9.111.341	8.386.811
Tributário	6.778.901	6.014.287

- (a) Os processos cíveis com risco possíveis tratam, na sua maioria, de demandas fundiárias por divergência de valores de indenização e encerramento dos processos no exercício de 2025.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

16 Partes relacionadas

2024

Ativo

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.571.138	2.137.641	-	3.708.779
Total	1.571.138	2.137.641	-	3.708.779

Passivo

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	29.111.432	29.111.432	60.599.306	118.822.170
Total	29.111.432	29.111.432	60.599.306	118.822.170

(+) Receitas

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Receita de prestação de serviço	19.180.374	24.067.504	-	43.247.878
Total	19.180.374	24.067.504	-	43.247.878

(-) Despesas

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Despesa de aluguel	-	-	652.414	652.414
Total	-	-	652.414	652.414

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

2025

Ativo

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.604.055	2.337.704	-	3.941.759
Total	1.604.055	2.337.704	-	3.941.759

Passivo

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	26.763.326	26.763.326	55.711.413	109.238.064
Total	26.763.326	26.763.326	55.711.413	109.238.064

(+) Receitas

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Receita de prestação de serviço	19.272.674	27.171.562	-	46.444.236
Total	19.272.674	27.171.562	-	46.444.236

(-) Despesas

	AXIA ENERGIA	AXIA ENERGIA NORTE	STATE GRID	TOTAL
Outras despesas operacionais	-	-	668.111	668.111
Total	-	-	668.111	668.111

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria	1.453.082	1.255.005
Conselho de administração	497.476	486.765
Conselho fiscal	240.075	226.318
Total	2.190.633	1.968.088

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

17 Impostos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL Base negativa	<u>75.006.235</u>	<u>86.766.526</u>
Total	<u>75.006.235</u>	<u>86.766.526</u>

Refere-se ao ativo fiscal diferido do prejuízo fiscal no período de construção da linha de transmissão.

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	806.976.092	782.149.910
IRPJ e CSLL	<u>1.416.837.732</u>	<u>1.245.507.174</u>
Total	<u>2.223.813.824</u>	<u>2.027.657.084</u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional 123/2023 e Lei Complementar 214/2025, que determina que a partir de 1º de janeiro de 2027, as referidas contribuições de PIS/COFINS serão extintas. A Sociedade entende que a Lei Complementar determina que operações ocorridas até 31 de dezembro de 2026, onde considere que o fato gerador tenha ocorrido e, portanto, serão exigidas as Contribuições para o PIS e a Cofins no momento do recebimento da receita, ainda que ocorrido após a extinção das referidas contribuições.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:	31/12/2025	31/12/2024
State Grid Brazil Holding S.A.	1.535.610.000	1.535.610.000
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - AXIA Energia	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil – AXIA Energia Norte	<u>737.695.000</u>	<u>737.695.000</u>
Total	<u>3.011.000.000</u>	<u>3.011.000.000</u>

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade, neste sentido foi constituído somente dividendos mínimo obrigatórios no montante de R\$ 109.238.064.

Os acionistas aprovaram pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 100.000.000 em 13 de agosto de 2025 e R\$ 80.000.000 em 19 de dezembro de 2025, respectivamente.

Lucro do Exercício	459.949.745
Reserva Legal	22.997.487
Saldo	436.952.258
Dividendos a pagar (25% Limite contratual)	<u>109.238.064</u>

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita financeira contratual	1.119.628.153	1.210.277.008
Receita de construção *	-	57.346
Receita de operação e manutenção	87.566.396	83.135.285
Tributos sobre receita	(111.930.484)	(123.129.710)
Encargos setoriais	(13.104.739)	(12.428.029)
Receita de CCI	1.143.070	1.514.912
	<u>1.083.302.396</u>	<u>1.159.426.812</u>

* Receita de construção em 2024 refere-se à implantação de novo transformador.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

20 Custo de operação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de construção	(25.234.584)	(19.994.771)
Pessoal	(47.928.677)	(42.577.539)
Serviços de terceiros	(25.353.216)	(29.838.560)
Materiais	(5.884.129)	(7.577.239)
Arrendamentos e aluguéis	(3.193.298)	(3.433.768)
Seguros	(3.370.675)	(2.509.042)
Tributos	(3.456.691)	(1.535.301)
Outros	444.278	(143.656)
Total	<u>(113.976.991)</u>	<u>(107.609.875)</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesa de pessoal	(9.212.787)	(9.208.593)
Serviços de terceiros	(4.108.743)	(4.149.804)
Materiais	(35.285)	(71.838)
Arrendamentos e aluguéis	(918.488)	(827.376)
Seguros	(88.692)	(60.116)
Tributos	(132.828)	(112.179)
Depreciação	(1.553.901)	(1.257.382)
Provisões (a)	(7.769.134)	(31.458.231)
Outros	-	(101.017)
Total	<u>(23.819.858)</u>	<u>(47.246.536)</u>

(a) A variação decorre substancialmente da maior constituição, em 2024, de provisão de perda, conforme indicado na Nota 10.

22 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	56.582.541	46.374.599
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(2.640.370)	(2.244.045)
Outras receitas financeiras	199.611	1.884.437
	<hr/>	<hr/>
Total	54.141.782	46.014.992
	<hr/>	<hr/>
Despesa financeira		
Juros – debêntures	(76.769.576)	(83.974.063)
Juros – empréstimos	(225.456.359)	(207.460.418)
Custo dívida	(6.056.431)	(6.073.024)
Outras despesas financeiras	(661.485)	(1.076.015)
	<hr/>	<hr/>
Total	(308.943.851)	(298.583.520)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(254.802.069)	(252.568.528)

23 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	690.703.477	752.001.873
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	-	(47.637.570)
Despesa calculada a alíquota de 34%	(234.839.182)	(239.483.863)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Indisponibilidade	(108.334)	(69.140)
Provisão	(4.168.770)	(11.757.866)
Despesa não dedutível	(684.430)	(95.784)
Adicional	24.000	24.000
Outros	(20.570)	(52.360)
Ajuste Alíquota Efetiva SUDAM	9.043.553	-
Benefício SUDAM	14.247.407	8.624.989
Total ajustes	18.332.856	(3.326.161)
Despesa de IR/CS	(21.6506.326)	(242.810.024)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente)	(48.518.304)	(38.060.256)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)	(182.235.429)	(213.637.746)
Reserva SUDAM	14.247.407	8.624.989
Alíquota efetiva (corrente)	31%	33%

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

24.1 Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

• **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

b. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

c. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 contratos de derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

d. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

e. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso exista.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros da Sociedade por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Descrição	2026	2027-2032
BNDES Principal	R\$ 144.411.868	R\$ 1.225.028.983
BNDES Juros	R\$ 102.513.680	R\$ 321.508.043
Total BNDES	R\$ 246.925.548	R\$ 1.546.537.026
CEF Principal	R\$ 75.521.141	R\$ 665.545.011
CEF Juros	R\$ 62.317.913	R\$ 197.520.840
Total CEF	R\$ 137.839.055	R\$ 863.065.851
Debênture Principal	R\$ 138.489.228	R\$ 568.437.924
Debênture Juros	R\$ 42.122.058	R\$ 97.239.084
Total Debênture	R\$ 180.611.286	R\$ 665.677.008

f. Riscos de crédito

O risco de crédito é caracterizado pela possibilidade da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeira falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeira.

A sociedade adota a política de monitoramento constante de seus clientes e constitui provisão para perda de crédito esperada para os recebíveis não liquidados num período superior a 90 dias e o montante realizado no período de 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 42.550.290 (R\$ 30.606.528 em 31 de dezembro de 2024).

24.2 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriada para cada situação.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Depósitos vinculados	Custo amortizado
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	
Empréstimos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado

25 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de compra de 2 reatores de alisamento, cujo saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 22.600.867. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento do equipamento conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Contratado	Objeto	Data
TEEE	Reatores de alisamento	12/2025

Cronograma de vencimentos:	Em R\$
2026	<u>22.600.867</u>

Cobertura de seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Sociedade administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor em Risco
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais	08/12/2026	1.504.974.339
Tokio Marine Seguradora	Responsabilidade Civil Geral	11/12/2026	30.000.000
Tokio Marine Seguradora	Compreensivo Empresarial	08/12/2026	2.800.000
Alba Seguradora	RD - Equipamentos	01/09/2025	14.744.763
Mapfre Seguros	Drones - Equipamentos	30/03/2026	9.431.235
Allseg	Drones - Equipamentos	09/06/2026	1.613.815
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	28/11/2028	227.700
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2028	1.776.551
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	01/03/2027	705.489
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2028	12.215.454
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	01/03/2027	4.162.806
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	30/06/2026	389.037

